

**2025: Um Ano de Encruzilhada para os Direitos de Mulheres, Crianças e Adolescentes –
Balanço e Perspectivas**

***2025: A Crossroads Year for the Rights of Women, Children, and Adolescents –
Stocktaking and Perspectives***

***2025: Un Año de Encrucijada para los Derechos de Mujeres, Niñas, Niños y Adolescentes –
Balance y Perspectivas***

*Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

Resumo: 2025 marca uma década decorrida da Agenda 2030 e apenas cinco anos para seu cumprimento, e o panorama global foi marcado por contrastes e dissonâncias. Por um lado, avanços normativos e técnicos foram observados, com a publicação de documentos estratégicos e a realização de fóruns multilaterais de alto nível. Por outro, persistiram, e em alguns casos se agravaram, crises humanitárias, retrocessos políticos, cortes importantes de financiamento e o aprofundamento de desigualdades estruturais, que afetam desproporcionalmente o público-alvo dos nossos informes. Neste último informe de 2025, apresentamos uma análise de balanço desse ano contraditório, a distribuição temática e de ênfases dadas, e delinea as perspectivas e os imperativos urgentes para 2026, um ano que se inicia sob o signo da resiliência precária.
Palavras-chave: Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde do Adolescente; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030.

Abstract: *2025 marks a decade since the adoption of the 2030 Agenda and only five years until its deadline, and the global landscape has been characterized by sharp contrasts and dissonances. On the one hand, important normative and technical advances emerged, with the publication of strategic documents and the convening of high-level multilateral forums. On the other hand, humanitarian crises, political backsliding, significant funding cuts, and the deepening of structural inequalities persisted and, in some cases, worsened - disproportionately affecting the populations at the center of our reports. In this final 2025 report, we present a stocktaking analysis of this contradictory year, the thematic distribution and emphasis of our findings, and we outline the urgent imperatives and perspectives for 2026, a year that begins under the sign of precarious resilience.*

Keywords: *Women's Health; Child Health; Adolescent Health; Sustainable Development; 2030 Agenda.*

Resumen: *2025 marca una década desde la adopción de la Agenda 2030 y apenas cinco años para su cumplimiento, y el panorama global estuvo marcado por contrastes y disonancias. Por un lado, se observaron avances normativos y técnicos, con la publicación de documentos estratégicos y la realización de foros multilaterales de alto nivel. Por otro lado, persistieron - y*

en algunos casos se agravaron - las crisis humanitarias, los retrocesos políticos, recortes significativos de financiamiento y el profundizamiento de desigualdades estructurales que afectan de manera desproporcionada a los públicos que constituyen el foco de nuestros informes. En este informe final de 2025, presentamos un balance de este año contradictorio, la distribución temática y los énfasis dados, y delineamos las perspectivas y los imperativos urgentes para 2026, un año que inicia bajo el signo de una resiliencia precaria. Palabras-clave: Salud de las Mujeres; Salud Infantil; Salud del Adolescente; Desarrollo Sostenible; Agenda 2030.

Introdução

O ano de 2025 marca uma década decorrida da Agenda 2030 e apenas cinco anos para seu cumprimento, e o panorama global foi marcado por contrastes e dissonâncias. Por um lado, avanços normativos e técnicos foram observados, com a publicação de documentos estratégicos e a realização de fóruns multilaterais de alto nível. Por outro, persistiram, e em alguns casos se agravaram, crises humanitárias, retrocessos políticos, cortes importantes de financiamento e o aprofundamento de desigualdades estruturais, que afetam desproporcionalmente o público-alvo dos nossos informes.

Houve uma produção intelectual e normativa robusta, produzida pelas agências multilaterais, que foi sistematicamente confrontada com as crises humanitárias, narrativas antagônicas aos direitos humanos e a ameaça concreta de desfinanciamento da arquitetura internacional de saúde e proteção social.

Neste último informe de 2025, apresentamos uma análise de balanço desse ano contraditório, a distribuição temática e de ênfases dadas, e delinea as perspectivas e os imperativos urgentes para 2026, um ano que se inicia sob o signo da resiliência precária.

- **Análise de Balanço 2025**

1. Conhecimento teórico-conceitual e marcos normativos:

2025 foi um ano marcado pela produção de evidências e diretrizes técnicas. Organizações e agências como OMS, UNICEF, UNFPA e ONU Mulheres publicaram diversos relatórios que atualizaram diagnósticos e propuseram caminhos:

- O relatório **Tendências de mortalidade materna (2000-2023)**: reconhece que embora existam soluções para prevenir e tratar as principais causas de mortes maternas confirmam a estagnação global e o cenário preocupante na América Latina.
- O relatório **Estado da População Mundial (2025)**: destaca que a verdadeira crise da fertilidade está na falta de condições para escolhas reprodutivas livres e seguras. Barreiras econômicas, sociais e relacionais estão no centro desta discussão. A **Verdadeira crise da fertilidade** está na falta de condições para escolhas reprodutivas

livres e seguras. Barreiras econômicas, sociais e relacionais estão no centro desta discussão.

- O **Quadro de Competências da OMS para Saúde de Adolescentes**, um marco para qualificação de profissionais.
- O **documento de posição global sobre modelos de cuidado baseados na obstetrícia**, reforçando o papel das parteiras.
- A análise dos **30 anos dos direitos das meninas** pós-Declaração de Pequim e o **Plano Estratégico 2026-2029 da ONU Mulheres**.

O relatório sobre mortalidade materna não apenas atualizou números, mas evidenciou a alarmante reversão de tendências em regiões como a América Latina e o Caribe, sinalizando o colapso silencioso de sistemas de saúde. De forma complementar, a OMS publicou o documento da Posição Global sobre Modelos de Cuidado Baseados na Obstetrícia, uma ferramenta política importante que vai além da técnica: é um manifesto pelo cuidado centrado na mulher, desmedicalizado e custo-efetivo, e uma reafirmação do papel estratégico das parteiras.

Paralelamente, a Organização também abordou duas lacunas históricas: a saúde adolescente, com o Quadro de Competências da OMS para Saúde de Adolescentes, que tenta superar o desafio da qualificação dos profissionais que atendem esse público; e a violência infantil, com o relatório sobre Castigo Corporal em Crianças, que corajosamente eleva uma prática culturalmente arraigada à categoria de problema de saúde pública, exigindo intervenções multiníveis para sua erradicação.

No campo dos direitos, os relatórios de balanço foram marcantes. "Girl Goals" (ONU Mulheres, UNICEF, ONG Plan International) e "Direitos das Mulheres em Revisão" (ONU Mulheres) fizeram um diagnóstico dos 30 anos após a Declaração de Pequim: progressos inegáveis em educação e saúde básica, mas estagnação profunda em autonomia econômica, participação política e no enfrentamento à violência de gênero estrutural. O Plano Estratégico 2026-2029 da ONU Mulheres surge, assim, como uma tentativa de "recalibrar a rota" com urgência, focando em financiamento, inovação e responsabilização.

2. Da Guerra às Emergências Climáticas:

Enquanto se produzia conhecimento, a realidade dura continuava. A análise dos 1.095 dias de guerra na Ucrânia mostrou uma crise que se "normalizou" com custos humanos brutais: deslocamento, violência sexual como arma de guerra, colapso educativo e sanitário com impacto ainda mais intenso em mulheres, crianças e adolescentes. O informe sobre Gaza (no boletim sobre adolescentes) também lembra que, em alguns contextos, a discussão sobre "saúde e bem-estar" é substituída pela luta pela sobrevivência física imediata. Essas guerras atingem níveis dramáticos, com impactos devastadores, e continuam a exigir respostas urgentes.

As mudanças climáticas deixaram de ser uma ameaça futura e são a cada dia mais eminentes. As publicações analisadas apontam esse fator como um multiplicador de riscos no presente: agravando a insegurança alimentar infantil, ampliando doenças, forçando deslocamentos que aumentam a vulnerabilidade ao tráfico (como destacado no informe

correspondente) e criando impactos na saúde mental específicos para as gerações mais jovens, com pouca voz COP que decidem seu futuro.

3. A Crise do Multilateralismo: Ameaças Políticas e Financeiras

O retorno de Donald Trump, a sombra do "*America First*", representa mais do que uma diminuição de financiamento (ainda que importante); simboliza um ataque à própria ideia de cooperação global e à governança baseada em evidências. A politização da ajuda, os cortes a organismos como UNFPA e OMS, e o apoio a políticas que restringem direitos sexuais e reprodutivos (como a "Lei de Proteção da Vida" mencionada indiretamente no contexto dos EUA) criam um efeito cascata: fragilizam agências, encorajam governos afins a fazerem o mesmo e desmobilizam a sociedade civil global. Assim como a nomeação de Robert F. Kennedy Jr. para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS), um ativista antivacina.

Esta tensão se materializa na crise de financiamento citada em múltiplos informes. A falta de recursos não é acidental; é política. A politização da cooperação internacional e a ameaça de cortes de financiamento a agências e programas colocam em risco décadas de progresso. O enfraquecimento do multilateralismo em saúde foi potencializado pela perspectiva de retorno de políticas externas isolacionistas do novo mandato de Donald Trump nos EUA.

• **Distribuição Temática e de Público: Prioridades e Omissões**

Uma análise quantitativa dos 22 informes revela tendências importantes sobre o foco da agenda global:

➤ **Distribuição por tema principal:**

- Saúde de Mulheres (23%): O tema mais recorrente, refletindo sua centralidade nos ODS e sua sensibilidade política. Abordam mortalidade materna, saúde sexual e reprodutiva, modelos de cuidados obstétricos, direitos reprodutivos e a discussão sobre fertilidade e gestação por substituição.
- Saúde Infantil (23%): Aborda imunização, nutrição, violência (castigo corporal, tráfico), proteção e construção de sistemas resilientes. Mostra um entendimento ampliado de "saúde infantil".
- Empoderamento, Direitos e Governança de Gênero (23%): Foco em espaços políticos (CSW69, UNGA80, Conferência Nacional no Brasil), Plataforma de Pequim, Plano da ONU Mulheres, conferência nacional no Brasil e migração feminina e planos estratégicos. Destaca a luta por representação e mudança estrutural.
- Saúde, Desenvolvimento e Bem-Estar na Adolescência (14%): Inclui o relatório da Lancet, o quadro da OMS e o balanço dos direitos das meninas. É um bloco coeso, mas com menor volume.
- Crises Humanitárias e Conflitos (9%): Ucrânia e Gaza. A porcentagem relativamente baixa pode subestimar o peso que estas crises têm na operação das agências no campo, mas é muito relevante.
- Mudanças Climáticas e Saúde Planetária (9%): Impactos na infância e preparação para a COP30. Ainda uma área em construção na interseção com direitos

da criança.

➤ **Distribuição por público-alvo principal:**

- Mulheres (36%): Maior foco, refletindo a força do *advocacy* de gênero e a maturidade da agenda de direitos das mulheres.
- Crianças (32%): Agenda consolidada, com foco em sobrevivência, desenvolvimento e proteção.
- Público Misto (18%): Temas transversais que afetam todos os grupos, como crises climáticas e humanitárias.
- Adolescentes (14%): Há uma clara subdivisão: quando adolescentes são mencionados, é frequentemente no contexto da saúde (Lancet, OMS) ou como subgrupo de "crianças" ou "mulheres" (meninas). Sua agenda específica de participação cidadã, saúde mental, educação secundária e formação para o mundo do trabalho aparece de forma menos proeminente.

Os descritores utilizados revelam uma forte convergência temática em torno da saúde de crianças, mulheres e adolescentes. Há destaque para eixos estruturantes da agenda global, como Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos e Igualdade/Equidade de Gênero, evidenciando a inserção desses temas em marcos internacionais como a Agenda 2030 e as políticas das Nações Unidas. Outros descritores reforçam dimensões contemporâneas e intersectoriais da saúde global, incluindo mudança climática, sistemas de saúde, vacinação, migração internacional e conflitos armados, compondo um panorama que conecta determinantes sociais, contextos humanitários, políticas públicas e justiça social. Essa distribuição aponta para uma agenda ampla, complexa e profundamente interligada, onde saúde, direitos e desenvolvimento se articulam de forma inseparável.

Onde mais avançamos:

1. Produção de Evidências e Diretrizes Técnicas de Alto Nível

- **Avanço**: Elaboração de documentos robustos e baseados em evidências (ex.: Quadro de Competências da OMS para adolescentes, Documento sobre Cuidados Obstétricos, Relatório da Lancet).
- **Por quê?** As agências multilaterais (OMS, UNICEF, UNFPA, ONU Mulheres) mantiveram capacidade técnica e normativa, mesmo em cenário de crise.

2. Fortalecimento de Marcos Normativos e Estratégicos

- **Avanço**: Lançamento do Plano Estratégico 2026-2029 da ONU Mulheres e atualização de diretrizes para a transição para modelos de cuidado baseados em obstetrícia.
- **Por quê?** Existe uma estrutura de governança global (CSW, UNGA, OMS) que continua funcionando e produzindo acordos políticos e técnicos.

3. Visibilidade e Análise de Crise

- **Avanço:** Documentação detalhada dos impactos desproporcionais em populações vulneráveis (ex.: relatórios sobre Ucrânia, tráfico infantil, castigo corporal).
 - **Por quê?** A advocacia baseada em dados ganhou força, expondo violações e pressionando por accountability.
4. Reconhecimento da Interdependência das Crises
- **Avanço:** Conexão explícita entre mudanças climáticas e impactos na saúde, considerando desigualdade de gênero, faixa etária e efeitos migratórios e de deslocamento.
 - **Por quê?** A abordagem socioecológica e a perspectiva de determinantes sociais da saúde foram incorporadas nas análises.

Onde precisamos avançar mais:

1. Implementação e Financiamento: Há uma grande distância entre as diretrizes globais e sua aplicação nacional porque cortes orçamentários, despriorização política e a fragilidade dos sistemas de saúde dificultam um financiamento realmente sustentável.
2. Equidade no Acesso a Serviços Essenciais: Persistem enormes lacunas em vacinação e redução de mortalidade materna porque desigualdades geográficas, econômicas e de gênero (agravadas por conflitos e má governança) impedem o acesso universal aos serviços essenciais.
3. Participação e Protagonismo: A participação de mulheres e, sobretudo, adolescentes nas decisões permanece limitada porque políticas públicas continuam marcadas por visões “adultocêntricas” e pela baixa priorização da agenda juvenil.
4. Proteção em Contextos de Conflito e Crise Humanitária: A incapacidade de garantir segurança, saúde e educação em zonas de guerra se mantém porque o direito internacional humanitário não é plenamente aplicado, a ajuda é politizada e crimes de guerra seguem impunes.
5. Enfrentamento Efetivo das Mudanças Climáticas: A resposta global segue muito aquém do necessário porque negociações são lentas, o financiamento climático não chega às populações vulneráveis e interesses econômicos de curto prazo continuam prevalecendo.
6. Superação de Normas Sociais Prejudiciais: A persistência da violência de gênero, do castigo corporal e de outras violações decorre da resistência cultural, da falta de aplicação das leis e da força de normas patriarcais arraigadas.
7. Sustentabilidade do Multilateralismo: O risco de enfraquecimento da cooperação internacional cresce porque governos nacionalistas, a desinformação e a perda de confiança nas instituições globais minam o multilateralismo.

Há um caminho entre o **conhecimento produzido** e a **realidade vivida** a ser percorrido. A comunidade técnica global soube diagnosticar e prescrever com precisão, porém é notório que a vontade política e os recursos necessários para transformar prescrição em prática ficaram aquém, quando não regrediram.

Perspectivas para 2026

O ano de 2026 se apresenta como um momento decisivo, com apenas quatro anos para o cumprimento da Agenda 2030. As perspectivas são delineadas por desafios prementes:

1. Do Financiamento à Sustentabilidade Financeira: A defesa do multilateralismo passará pela construção de coalizões de financiamento diversificadas. É preciso envolver o setor privado com responsabilidade, filantropos globais e fortalecer a tributação progressiva nos países de renda média. A advocacia deve mudar o foco de "pedir doações" para "exigir investimentos" em sistemas públicos resilientes. A sustentabilidade dos sistemas de saúde e das políticas e programas de proteção social dependerá da capacidade de mobilizar recursos diante de um cenário global de restrições orçamentárias, prioridades concorrentes, instabilidades políticas e econômicas.
2. Fortalecimento de Sistemas Resilientes: A lição das múltiplas crises é a necessidade urgente de construir sistemas de saúde, proteção social e educação que sejam adaptativos, centrados nas pessoas e capazes de manter serviços essenciais em situações extremas.
3. Integração das Agendas: A superação da fragmentação é necessária. A agenda climática deve ser também uma agenda de saúde e proteção social. A resposta humanitária na Ucrânia ou em Gaza deve integrar desde serviços de saúde sexual e reprodutiva e proteção contra violência de gênero. Os programas de enfrentamento ao tráfico devem considerar os deslocamentos climáticos como um fator de risco novo. A OMS e a ONU Mulheres demonstraram esse caminho com seus documentos integrados.
4. Enfrentamento da Desinformação: A queda da cobertura vacinal e o ataque a direitos reprodutivos alimentados por desinformação exigirão estratégias de comunicação baseadas em evidências e o engajamento de comunidades. Deve-se investir em educação em saúde e "alfabetização midiática", apoiar vozes locais e construir narrativas positivas e baseadas em valores universais sobre autocuidado, planejamento familiar e ciência.
5. Centralidade da Participação e da Accountability: Crianças e adolescentes precisam ter voz não apenas simbólica, mas com poder deliberativo em fóruns como a COP, na formulação de políticas nacionais de educação e saúde, e no monitoramento dos ODS. A tecnologia digital, tão presente em suas vidas, deve ser aproveitada para esse fim. Além disso, a sociedade civil monitoradora é o antídoto contra a impunidade e o retrocesso.
6. Proteção em Conflitos: A persistência de guerras e crises humanitárias demandará mecanismos ágeis de proteção para mulheres e crianças, com atenção especial à violência de gênero e à garantia de acesso à educação e saúde.

A esperança para o próximo ano está na execução prática das evidências conceituais e técnicas produzidas em 2025, na força do ativismo da sociedade civil e na capacidade de agências multilaterais, governos progressistas e parceiros inovadores se juntarem para defender os direitos humanos, a saúde pública e um outro multilateralismo possível.

Referências

1. World Health Organization; Maternal Mortality Estimation Inter-Agency Group. *Trends in maternal mortality 2000–2023*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090763>
2. World Health Organization. *Global competency and outcomes framework for adolescent health and well-being*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090800>
3. World Health Organization. *Transition to midwife-led care models: global position paper*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090817>
4. UN Women; UNICEF; Plan International. *Girl goals: what has changed for girls? Adolescent girls' rights over 30 years*. New York: UN Women; 2025. Available from: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/03/girl-goals-30-years>
5. UN Women. *Women's rights in review: 30 years after Beijing*. New York: UN Women; 2025. Available from: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/03/women-s-rights-review-30-years-after-beijing>
6. United Nations Population Fund (UNFPA). *State of world population 2025: the fertility choice*. New York: UNFPA; 2025. Available from: <https://www.unfpa.org/swp2025>
7. The Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing. *A call to action: the Second Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing*. London: The Lancet; 2025 May. Available from: <https://www.thelancet.com/commissions/adolescent-health-and-wellbeing-second>
8. UNICEF. *Prospects for children: building resilient systems for the future*. New York: UNICEF; 2025. Available from: <https://www.unicef.org/reports/prospects-for-children-2025>
9. UN Women. *Strategic plan 2026–2029*. New York: UN Women; 2025. Available from: <https://www.unwomen.org/en/about-us/strategic-plan>
10. World Health Organization, Violence Prevention Unit. *Corporal punishment of children: public health impacts*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090787>
11. World Health Organization; UNICEF. *Global childhood immunization coverage report 2024*. Geneva: WHO; 2025. Available from: <https://www.who.int/teams/immunization-vaccines-and-biologicals/immunization-analysis-and-insights/global-monitoring>